

## O CONTEXTO DA MULHER NEGRA NA ESTRUTURA ESTUDANTIL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### THE CONTEXT OF THE BLACK WOMAN IN THE STUDENT STRUCTURE OF YOUTH AND ADULT EDUCATION

#### RESUMO

Este estudo de cunho qualitativo, utilizou-se das pesquisas documental e bibliográfica referente ao contexto educacional da mulher negra, seu processo histórico, a importância e a necessidade de um olhar para esse grupo social, no sentido de afirmar suas lutas por uma educação com qualidade e estratégias possíveis para reafirmar suas condições de luta e resistência. O percurso histórico das mulheres no processo educacional mostra toda indiferença que houve para com as mesmas, os percalços e as batalhas travadas em busca de concretização de direitos uma oportunidade de alcançar conquistas que até então não foi possível. Sendo assim, objetivamos por mostrar a importância da educação para esse gênero, em especial as mulheres negras, pensando na inserção das mesmas, tendo a oportunidade de uma formação profissional e humana. Também, evidenciam-se os avanços e os retrocessos no decorrer da história. O avanço da humanidade e dos meios de produção tem exigido cada vez mais qualificação dos trabalhadores, para o acesso ao mercado de trabalho e a determinados serviços. Logo, este estudo defende o protagonismo das mulheres negras da Educação de Jovens e Adultos trilhando por possibilidades possíveis de valorização.

**Palavras-chave:** EJA; Luta por direitos; Perspectivas Pedagógicas.

#### ABSTRACT

This qualitative study used documentary and bibliographical research regarding the educational context of black women, their historical process, the importance and need for a look at this social group, in the sense of affirming their struggles for a quality education. and possible strategies to reaffirm their conditions of struggle and resistance. The historical path of women in the educational process shows all the indifference that there was towards them, the mishaps and battles fought in search of the realization of rights an opportunity to achieve achievements that until then was not possible. Therefore, we aim to show the importance of education for this gender, especially black women, thinking about their insertion, having the opportunity for professional and human training. Also, advances and setbacks in the course of history are evident. The advancement of humanity and the means of production has increasingly demanded qualification of workers, for access to the labor market and to certain services. Therefore, this study defends the protagonism of black women in Educação de Jovens e Adultos, walking through possible possibilities of appreciation.

**Keywords:** EJA; Fight for rights; Pedagogical Perspectives.

**José Paulo Almeida  
Cerqueira**

Universidade  
Interamericana  
jose.cerqueira1@nova.ed  
ucacao.ba.gov.br  
Orcid: 0009-0002-1454-  
6189

**Ricardo Santos de  
Almeida**

Universidade  
Interamericana  
ricardosantos@gmail.co  
m  
Orcid: 0000-0003-1266-  
2557

## Introdução

Este estudo empreendido é consubstanciado a partir do grande estudioso, da pesquisa e do ato de ler, Paulo Freire. Lembramos uma das suas citações de que o ato de “ensinar exige pesquisa” (FREIRE, 2004, p. 14) e que “ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural” (FREIRE, 2004, p. 22). Reportamo-nos a essas frases quem se busca desenvolver nos docentes as ideias de estudos e pesquisa. Embora escrito por homens aqui evidenciamos a solidariedade e valorização a temática afirmativa que envolve o fortalecimento da luta das mulheres negras pela educação, acesso e permanência, principalmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A condição de ser mulher jovem, adulta ou idosa, numa sociedade historicamente influenciada por culturas machistas, sexistas, misóginas, racistas, xenofóbicas/etnocêntricas, dentre outras, causa temor e demonstra a dificuldade de sobrevivência por si só. As opiniões e ideias generalizadas como marcadores de gênero dificultam de forma primordial a qualidade das relações e os avanços quanto às mudanças de mentalidade e comportamento.

Pensando a partir desses marcadores sociais, e levando em conta a trajetória de vida e a transpondo esse marcadores para a Educação pode-se apontar um primeiro caminho para a conscientização.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Observando esse contexto, pode-se fazer a seguinte indagação: existe alguma relevância da Educação das mulheres para as questões sociais no Brasil? E nessa busca de respostas plausível acredita-se que a Educação das mulheres tem como um dos propósitos diminuição das disparidades existentes entre as discentes desse grupo em especial, dando prioridade aos atores que não tiveram acesso à educação.

Quando se trata das mulheres negras que frequentam as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisamos levar em conta as prerrogativas e privacidades das

mesmas na modalidade EJA. Os diversos fatores que incidem na desistência das estudantes são muito comuns e estão diretamente atreladas ao processo histórico-cultural do Brasil.

### **O acesso das mulheres negras ao espaço escolar**

Desde o período colonial, o acesso à educação era permitido apenas aos meninos e homens brancos, já as meninas e mulheres – brancas ou negras – assim como os meninos e homens negros não tinham o direito de acesso. Os supracitados grupos, não dispunham de oportunidade ao acesso à educação, apenas ao trabalho. Havia instituída a “presença da negação de direito” (BORBA, 2020, p. 40).

O processo educacional brasileiro vai sendo organizado dentro de uma concepção sexista e racista, que segrega as mulheres e a população negra, reservando-lhes um espaço de subordinação e exploração. O processo histórico de opressão sistemática às mulheres também evidencia uma subserviência às visões estrangeiras no que diz respeito às autonomias e valorização de lutas. Neste processo, trazemos como exemplo o feminismo, que

[...] esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Observando-se o momento histórico que permeia até os dias atuais ainda notamos que, as mulheres negras, principalmente as das periferias, sofreram um retardo imenso no processo de construção do conhecimento e de valorização enquanto protagonistas da educação. Vários movimentos nacionais e internacionais vêm lutando para diminuir essa disparidade. Vale salientar que “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país.” (CARNEIRO, 2003, p. 118), movimento em constante retroalimentação mesmo pós-1988.

No Brasil, as mulheres negras atuam desde os quilombos, construindo redes de solidariedade e de estratégias de resistência, outro momento importante nesse percurso foi à instituição do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Já por aqui, no Brasil, essa mesma data, em 2014, foi instituída como o Dia Nacional de Tereza de Benguela<sup>1</sup> e da Mulher Negra.

Histórias como as de Benguela e muitas outras mulheres negras ainda são desconhecidas e/ou ignoradas pela população, isso porque houve e ainda há um sistemático apagamento histórico dos feitos e realizações dessa população: “os quilombos foram a primeira experiência de democracia no Brasil, mas as crianças entram na escola ouvindo que o negro era escravizado e mais nada” (MELO, 2020, n.p).

Faz-se necessária a valorização das memórias do povo negro, muitas das vezes passada geração a geração em diferentes formas de materialização de dados e informações, como redes sociais (ver figura 1), documentários ou *e-books* produzidos pelos/as sujeitos/as de direitos contando a história das mulheres negras de suas comunidades, a exemplo do estudo intitulado O trabalho de campo em Geografia: conhecendo a comunidade quilombola Serra das viúvas, Água Branca/AL, sob a autoria de Ricardo Santos de Almeida e Maria Aparecida Vieira de Melo que valorizam pela prática do trabalho de campo a valorização da produção do trabalho feminino em uma comunidade remanescente quilombola no estado de Alagoas. Este movimento contribui para reafirmar o legado freireano justificado no início deste estudo, pois

Quando se está em contato com o objeto estudado é possível se envolver com a paisagem e aplicar os conceitos e conhecimentos (escala temporal e espacial, processos, formas) obtidos em sala de aula de maneira que se torna a principal forma de se compreender os processos e acontecimentos do passado e do presente que implicam na realidade observada (SILVA et al, 2009. p. 2).

A comunidade remanescente quilombola alagoana, por exemplo, mobiliza pessoas jovens, adultas e idosas no compartilhamento de suas vivências e já desenvolveram documentários como “Água Branca: um Olhar Sobre as Comunidades da Serra” e “Somos

<sup>1</sup>Tereza de Benguela governou o Quilombo do Quariterê, próximo a atual cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, entre 1750 e 1770.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 5., n. 1, set. 2023, p. 158-167.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v5i1.512

quilombola” e viabilizam a realização de intercâmbios de conhecimentos junto às universidades e escolas públicas municipais e estaduais do próprio estado e fora dele.

Fig. 1. Uma das postagens da página da AMAQUI na rede social Facebook.



Fonte: Facebook, 2019.

Outro movimento importante é o julho das pretas, que é dedicado ao processo educativo de cunho político, cultura das mulheres a inclusão dos negros e negras no ensino superior pela Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711, 2012), que determina a reserva de vagas para egressos da escola pública, de baixa renda e negros, desde quando foi implementada houve um aumento nas matrículas de negros e negras nos cursos de graduação.

As cotas raciais é muito mais que um projeto de reparação é uma função social. A Lei de Cotas não tem só uma perspectiva de inclusão universitária dos jovens e adultos que a galgaram, pois, a partir dela as discussões indenitárias para, a aceitação e o autorreconhecimento enquanto negros passou a ser mais recorrente, para ingressar no projeto de Cotas é necessário dizer “eu sou preta (o)” levantando diálogos sobre racismo e gênero, os problematizando e se tornando protagonistas deste processo.

## As dificuldades encontradas no percurso

O processo de escolarização da mulher negra sempre sofreu uma grande violência, no início da colonização, sobretudo hoje, essa violência continua sendo aplicada, vem afetando, sobretudo a juventude negra da periferia.

Os estudantes negros não encontram representatividade nesse modelo escolar que temos nos livros didáticos, nos profissionais e nas falas dos professores, apesar de já termos avançado muito.

A Lei 10.639/2003<sup>2</sup> que abre a vertente do estudo das questões étnico-racial na escola, mesmo com essa lei, isso está longe de ser uma prática cotidiana na escola pública. A dita lei ainda esta um pouco distante de ser cumprida como está no papel. Esse seria o objetivo para a reestruturação do modelo de escola e sociedade que se deseja.

As dificuldades encontradas são muitas, dentre as quais destacamos: questões de cunho étnico-raciais, o subemprego, a carga horária excessiva, o formação solo da família e até o desemprego, são alguns exemplos que podem ser citados no modelo social que se encontra no Brasil, o que reflete na vida das estudantes e negras no Brasil.

Todos esses fatores estão inteiramente ligados aos altos índices de abandono, atraso e a disparidade entre os fatores idade/série quando se trata do processo de desenvolvimento da educação na idade certa.

## Nem tudo é avanço

A partir dos poucos avanços alcançados, quando se observa o tocante de tudo que se pôde evoluir, quando os questionamentos começaram a serem feitos, as barreiras do racismo, das questões de gênero, o patriarcado e o sexísimos começaram a aflorar com mais transparência na sociedade, sobre isso Suelaine Carneiro aponta [...] as meninas começaram a tencionar o lugar da mãe e do pai, daí o Escola sem Partido<sup>3</sup> vem de maneira violenta, porque mudanças foram conquistadas no comportamento e na concepção de sociedade (CARNEIRO, 2020, n.p).

<sup>2</sup>É uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio.

<sup>3</sup>O movimento "Escola sem Partido", que diz representar pais e estudantes contrários ao que chamam de "doutrinação ideológica" nas salas de aula brasileiras.

Dessa forma, entende-se que pensamentos como esses do patriarcado ameaçam as conquistas, pois, priorizam o desenvolvimento de seus interesses, e o sentimento de comandar os demais em detrimento as necessidades e os direitos básicos da população, inclusive na educação.

A inserção das negras na educação, em todo o percurso da Educação Básica, porém, de uma forma especial no ensino superior, causa uma insatisfação e geram incômodos, pois isso significa que uma nova página da história do Brasil está sendo reescrita, e, mesmo compreendendo todas as ameaças sofridas pela escola destaca-se que “as escolas não vão conseguir silenciar a questão racial, pois com ou sem lei, há uma chama negra de identidade que está gritando”.

### Educação e a mulher negra, um projeto de avanço social

Ao pesquisar sobre o quantitativo de negras doutoras que lecionam nos cursos “*lato sensu* quanto *strictu sensu*”<sup>4</sup> no Brasil, percebe-se a baixa quantidade e é difícil determinar as dimensões dos desafios que precisam ser trilhados em seus caminhos.

Costuma-se da ênfase as mulheres que ficam na metade do percurso, ignorando ou deixando de mensurar as dificuldades e a solidão ao trilhar esse caminho, então dirigir um olhar sem cobranças e apontamentos é necessário, e se faz fortalecedor, então pensa-se: se é difícil imaginar o passado dessas mulheres, é possível projetar um futuro com mais autonomia e perspectivas.

Em uma visão de esperança acredita-se que, para o avanços sociais e mais equidade entre os gêneros passa por uma educação de qualidade e isso depende da idealização de “um novo pacto social antirracista e antissexista ” que possibilite ao povo negro, em especial a mulher negra, que são as mais afetados, garantir o acesso aos direitos básicos contidos na Constituição Brasileira e conseqüentemente a vida.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]. (BRASIL, 1988, n.p).

<sup>4</sup>São expressões que vêm do latim. Elas significam, respectivamente, “sentido amplo” e “sentido estrito.  
Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 5., n. 1, set. 2023, p. 158-167.  
ISSN 2675-5955  
DOI: 10.48178/intersecao.v5i1.512

Ao ser inserido no contexto de igualdade, poderá galgar outras oportunidades de melhorar a condição e qualidade de vida, quando se trata de Educação, Saúde e Lazer. Entende-se que a educação um dos meios mais próximos e “de fácil” acesso para possibilitar essa mudança.

## Considerações finais

A proposta leva a pensar de uma forma mais afirmativa a Educação e de uma forma mais especulativa a educação das mulheres negras, na perspectiva da formação de mulheres autônomas, participativas dentro do contexto social.

Entende-se então que, a prática educativa pressupõe que a(o) estudante, seres ligados ao processo de construção de aprendizagem relativa ao que aprende dentro de diversas relações educativas, que fomentam a formação cidadã, humana e autônoma, extremamente ligada a obtenção do conhecimento.

Com toda essa perspectiva o professor precisa agir como mediador, na condução dessa ação. Isso ocorre por que se precisa compreender o desenvolvimento e as habilidades cognitivas e reconhecer as particularidades e o processo histórico dos pares envolvidos nesse momento do processo.

Neste estudo chamamos a atenção sobre a importância e a necessidade de se politizar a sala de aula e considera que, observando a história, a cultura e as dores da experiência colonial, sendo assim, acredita-se que a pluralidade no ambiente escolar, quando se trata de gênero e etnia, precisa ser o foco. Levando em consideração a tão sofrível, dinâmica e perversa, supremacia branca, capitalista e heterocentrada.

Compreende-se que a tarefa de inserção da mulher nas atividades educacionais e quando se trata da mulher negra, é uma questão social, devido a isso é necessário repensar as ações e abordagens envolvendo as questões de etnias e gênero da mulher negra, pois atualmente estão distante das condições de dignidade, em uma educação patriarcal e decolonial<sup>5</sup>. Por meio desta problematização, foi possível construir e desconstruir informações transformando-as em aprendizagem alertando sobre diferentes desinformações.

---

<sup>5</sup>É um conceito carregado de sentido pelos movimentos sociais indígenas latino-americanos e que questiona a colonialidade do poder, do saber e do ser.

## Referências

1. ALMEIDA, Ricardo Santos de; MELO, Maria Aparecida Vieira de. O trabalho de campo em Geografia: conhecendo a comunidade quilombola Serra das viúvas, Água Branca/AL. In: **IV Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina e II Seminário Internacional Curupiras**. Tema: Superar Violências, Construir Alternativas, Escrever um Novo Mundo, 2019, Caruaru/PE. Anais do IV SIOMSAL. Caruaru/PE: Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, 2019. v. VIII. p. 205-221. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11axPhxc1PwLlyPQAF6MVFR3CfrpDI04L/view>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
2. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos). Art. 5º. Brasília, DF: Senado. 1988.
3. BRASIL, MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.
4. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.
5. BORBA, Sara Ingrid. A conscientização como pressuposto à humanização nos processos de formação docente em EJA. **Revista Interseção**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 39–48, 2020. DOI: 10.48178/intersecao.v1i1.215. Disponível em: <<https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/215>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
6. CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
7. CHAGAS, Inara; SOUZA, Isabela. **Escola Sem Partido: entenda a polêmica**. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
8. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
9. GOOGLE. **Dificuldade das mulheres negras e a educação**. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=dificuldade+mulheres+negras+e+a+educacao>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

10. MELO, Raquel. Quais são os desafios de meninas e mulheres negras na educação? Matéria sobre o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha aborda desafios, conquistas e lutas. In.: *Gênero e Educação. Notícias*. 2020. Disponível em: <<https://generoeducacao.org.br/desafios-mulheres-negras-educacao/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
11. SILVA, Vanessa Cecília Benavides; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira. A contribuição didática do trabalho de campo na compreensão da paisagem da região metropolitana de Belo Horizonte e entorno a partir da cartografia e dos vestígios sociais e físicos. *Anais do X Encontro Nacional de Prática e Ensino de Geografia*. 2009. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(7\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(7).pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.